

IMAGENS NARRATIVAS DA CATÁSTROFE: OUTRAS MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO NO VALE DO SÃO FRANCISCO

NARRATIVE IMAGES OF THE CATASTROPHE: OTHER MEMORIES OF THE DEVELOPMENT AT SÃO FRANCISCO VALLEY

Elson de Assis Rabelo¹

Endereço profissional: Av. Antônio C. Magalhães, 510, Country Club,
Juazeiro - BA, CEP: 48902-300.
E-mail: elson.rabelo@univasf.edu.br

Resumo: Neste texto, abordamos a narrativa elaborada por um criador de ilustrações em desenho, o juazeirense Antônio Carlos Coelho de Assis, a respeito de um momento crítico para as práticas de desenvolvimento do interior do Brasil, especialmente aquelas que se baseavam na agricultura irrigada das zonas semiáridas e na exploração do rio São Francisco como recurso natural. Reunimos as imagens narrativas do relato de memória com outros documentos dos anos 1980, como as notícias de jornal e o material produzido pelo Movimento de Defesa do São Francisco, que lutava contra a degradação ambiental daqueles espaços. A partir desses aportes intertextuais, problematizamos o discurso estabelecido de que o desenvolvimento promovido pelas instituições do Estado e pela iniciativa privada, desde a ditadura militar, teria redimido economicamente o semiárido.

Palavras-chave: Memória; Imagens narrativas; desenvolvimento, Rio São Francisco.

Abstract: In this text, we make an approach to the narrative elaborated by a creator of illustrations in drawing, Antônio Carlos Coelho de Assis, born in Juazeiro, Bahia, about a critical moment to the practices of development in Brazil backlands, specially those based in irrigated agriculture of semi-arids zones and in the exploration of Brazilian river called São Francisco as natural resource. We put together those narrative images of the oral narration with other documents of the 1980's, like the information of newspapers and the material produced by the Movement of Defense of São Francisco River, that fight against the environmental degradation of those spaces. Through this intertextual approaching, we problematize the established discourse that the development promoted by institutions of national State and private companies, since the Brazilian military dictatorship, had been economically redeemed the semi-arid backlands.

Keywords: Memory; Narrative images, Development, São Francisco River.

¹ Professor do Colegiado de Artes Visuais, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Eu parti pra uma coisa meio que surreal, uma árvore que cresce, aí tem o homem [...], que nasce e cresce, é uma árvore mas ao mesmo tempo tá imbricado com uma série de outras questões que envolvem esse crescimento e, ao mesmo tempo, a sua depauperação que tá no próprio modo de produzir, na cultura que você desenvolve.²

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.³

O primeiro trecho que serve à abertura deste texto faz parte do depoimento do artista visual Antônio Carlos Coelho de Assis, mais conhecido como Coelhão, nascido em Juazeiro da Bahia, em 1954. Seu relato se refere às formas visuais de um dos desenhos que ele compusera para o Movimento de Defesa do Rio São Francisco (MDSF), criado no ano de 1984. Se tomarmos como inspiração metodológica a citação de Walter Benjamin que faz a segunda epígrafe de nosso texto, veremos que os eventos transcorridos naquele ano podem ser mobilizados para iluminar diferentes camadas temporais do passado que lhes foram anteriores e posteriores.

Em outra passagem famosa, desta vez a respeito da fotografia, Benjamin⁴ adverte que um novo tipo de analfabetismo, nas sociedades modernas, diria respeito à incapacidade de ler as imagens, cujo papel cultural e cognitivo se acentuara no treinamento sensorial dos indivíduos. Por sua vez, Coelhão, em seu exercício de leitura das ilustrações que ele próprio produzira, revisita seus processos criativos, fricciona camadas temporais, acena para uma implicação mútua entre natureza e cultura, e para uma confrontação entre passado e presente, que interessam de perto ao trabalho do historiador, a saber, por indicar uma dialética que, no esforço de reconfigurar novamente o passado, considerando demandas e questões do contemporâneo, escava a existência de práticas e personagens não privilegiados nas narrativas dominantes.⁵

Em nosso texto, levantamos, portanto, o problema de como as imagens narrativas dão acesso a camadas diferentes de temporalidade e de experiências de espaço do rio São Francisco, nos anos 1980. As imagens narrativas são entendidas, aqui, enquanto veículo e conteúdo elaborado simultaneamente pelos relatos, não como o oposto da realidade, mas a “realidade frágil e preciosa” configurada pelos acontecimentos, de

2 ASSIS, Antonio Carlos Coelho de. Entrevista concedida a Elson de Assis Rabelo e Isaac Paulo Saraiva Lima da Silva. Juazeiro, 20 de fevereiro de 2018.

3 BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, 1) [1994a], p. 37.

4 BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras Escolhidas, 1)

5 AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

acordo ainda com Benjamin.⁶ De que modo essas imagens permitem compreender, de maneira expressiva e não necessariamente mimética, as constelações de tempo vividas no interior do Brasil, entre os sonhos de desenvolvimento e seus desdobramentos desastrosos, relacionados à própria violência com que o Estado e as práticas econômicas do capitalismo aí chegaram? Logo depois que a ditadura militar e a iniciativa privada haviam consolidado os modelos de desenvolvimento baseados na agricultura irrigada no semiárido brasileiro, em especial baseada no uso da água do São Francisco, do estudo e do aproveitamento cientificamente racionalizados do solo, os acontecimentos que se sucederam vieram revelar outras facetas desse desenvolvimento.

Nossa abordagem lançará mão de outros documentos, como as próprias ilustrações do artista, os documentos produzidos pelo MDSF e pela imprensa, no esforço de lidar com essas distintas temporalidades. Seu entrecruzamento intertextual, entre o oral, o visual e o escrito, portanto, exige cuidado para com a especificidade de cada linguagem e atenção para o modo como esses suportes de memória se construíram como testemunhas daquele período.⁷ Entrecruzar e desdobrar passado e presente pode ser uma ferramenta útil para nossa compreensão sobre certos processos sociais e políticos que presidem a produção de espaços no Brasil.

O evento e sua configuração

No dia 14 de março de 1984, milhares de peixes apareceram boiando, mortos, no rio São Francisco, somando-se mais de 300 toneladas, na altura das cidades de Petrolina, em Pernambuco, Juazeiro e Curaçá, na Bahia. Constatou-se que a causa do dano havia sido o envenenamento pela substância conhecida como vinhoto ou vinhaça, que é uma garapa residual da produção da cana-de-açúcar após a extração do álcool, e que tem grande poder de destruição em contato com a terra e principalmente em contato com a água, destruindo a flora, a microflora e asfixiando os peixes. Diante da gravidade da morte dos peixes, um grupo de artistas, comunicadores e educadores locais prontamente se organizou na cidade de Juazeiro, procurando apurar o caso e exigir providências das autoridades. Entre eles, estavam Antonio Carlos Coelho de Assis, Maria Rita Assy, Omar Torres, Odomaria Macedo, Luiz Galvão, Pedro Rabelo, dentre outros, que criaram o Movimento de Defesa do Rio São Francisco, que passou a atuar sistematicamente até o início dos anos 1990.

A partir de uma demanda do MDSF junto à prefeitura de Juazeiro, técnicos do Centro de Recursos Ambientais e da Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, acorreram para investigar as causas do desastre, e

6 BENJAMIN, op. Cit., p. 40.

7 DEL CASTILLO, Alberto. La memoria histórica y los usos de la imagen. *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral*. v. 13, n. 1, p. 87-101, jan-jun. 2010; MAUAD, Ana Maria. Poses e flagrantes. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008, p. 29 - 43.

apontaram que o rompimento de uma barragem de armazenamento situada na propriedade de uma empresa agrícola ocasionara o derramamento do vinhoto no riacho Tourão, afluente do São Francisco. Chegando ao leito deste, o vinhoto provocara a morte dos peixes e a poluição da água para o consumo⁸.

A empresa agrícola havia se instalado na zona classificada como Submédio São Francisco, onde se encontram os municípios afetados, em 1972, tendo adquirido largas porções de terra, crescendo à sombra dos projetos de implementação da agricultura irrigada, que foram lastreados por investimento estatal. A chegada de tais empresas e projetos, desde os anos 1960, cumpria a agenda das instituições desenvolvimentistas criadas para a região Nordeste, como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, particularmente, a então Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que visavam à superação das terríveis condições de pobreza ocasionadas historicamente pelas secas, pela desigualdade da distribuição da terra, pela manutenção dos interesses das elites locais e pela própria especificidade técnica das dinâmicas de produção em zonas colonizadas pela pecuária ou onde a agricultura de subsistência mal se estabelecera. A pesquisa dos solos e da potencialidade da irrigação, a mecanização do campo, a existência de mão-de-obra barata e pouco qualificada eram fatores que prometiam um horizonte seguro para os investimentos na fruticultura e na cana-de-açúcar, especialmente com o incentivo nacional à produção de álcool, nos anos 1970⁹.

Como se noticiava largamente pela imprensa local e nacional, na esteira da maciça divulgação do que veio a se chamar de milagre econômico brasileiro, por parte do regime militar, a irrigação com o uso da água do São Francisco desfaria, na prática, os estereótipos de que as zonas semiáridas não tinham água ou que estavam destinadas à miséria. Junto com a construção de estradas e a eletrificação crescente dos espaços do interior do país, com base na construção de barragens hidrelétricas, como as que estavam sendo construídas naquele mesmo rio, era atualizada a produção agrícola e agroindustrial que veio a caracterizar o Brasil contemporâneo.

Em longa matéria publicada pela revista *Realidade*, da editora Abril, no mesmo ano em que a Agro Indústrias do Vale do São Francisco se estabelecera em Juazeiro, as imagens do “antes e depois” montadas semioticamente pela edição da revista reforçavam o discurso da matéria, e do próprio Estado, acerca das possibilidades da agricultura irrigada, que, futuramente, vieram a fazer com que o Submédio do São Francisco fosse cognominado de “Califórnia brasileira”, do ponto de vista das elites e das instituições desenvolvimentistas¹⁰.

A “Califórnia brasileira”, aliás, pode ser tomada como uma imagem narrativa

8 MDSF. Movimento de Defesa do São Francisco [Boletim]. Juazeiro, n. 0, mar. 1985.

9 SILVA, Pedro Carlos Gama da. Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. Tese de Doutorado em Economia Aplicada. Instituto de Economia, Campinas: UNICAMP, 2001.

10 Realidade. O Vale da Esperança. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972.

estratégica, de interesses de governamentalidade do Estado e de exploração mercadológica. Esboçada ainda no período da ditadura militar, esse tipo de narrativa sobre o triunfo do desenvolvimento, das instituições estatais e das grandes empresas predominou na constituição das memórias e de seu significado social, como confirma o livro *Além da Califórnia*, de Airson Lócio, ex-diretor da CODEVASF. Essa narrativa, se por um lado consagra a manutenção dos interesses e do patrimônio das elites locais, pautou, também, muitas das relações dos diferentes governos para com os movimentos sociais e o meio ambiente, procurando limitar a participação popular e as reivindicações, já na sociedade democrática: por exemplo, o mesmo Airson Lócio se posiciona contra a reforma agrária e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por privilegiar a ação do Estado que favoreça a produção agrícola¹¹.

Portanto, recuperar as memórias dispersas acerca dos diferentes ângulos e impactos causados pela agricultura irrigada, como o incidente da morte dos peixes, pode nos mostrar que os enunciados e práticas de desenvolvimento tinham outras implicações. Mariana Moreira Neto e Maria Lucinete Furtado argumentam que os anos 1980 foram um momento de transição, na sociedade brasileira, entre duas formas distintas de se pensar os mesmos espaços, da ideia de sertão para a de semiárido.¹² O sertão, embora não sendo apenas nordestino, foi delimitado, como dissemos, por práticas econômicas e políticas enquanto espaço de relações de poder tradicionais e oligárquicas, e definido nos discursos mais heterogêneos, da literatura à ciência, como lugar do predomínio das secas e da impossibilidade de sobrevivência. Os movimentos sociais, em contraponto aos projetos de desenvolvimento, foram atores importantes na inauguração desse paradigma diferenciado, que apenas começava a ter como bandeira de luta a ideia de convivência com o semiárido, que implica tanto na revisão dos saberes acadêmicos e populares sobre a interação entre agentes sociais e natureza, quanto no reposicionamento democrático e na reelaboração do imaginário social sobre os modos de sociabilidade e cultura das zonas semiáridas do Brasil, especialmente do Nordeste.

De acordo com autores como Marco Aurélio Santana¹³ e Eder Sader¹⁴, os movimentos sociais desde o final dos anos 1970, particularmente o chamado “novo sindicalismo” dos movimentos operários do Sudeste do país, alargaram o espaço da política, constituindo-se em sujeito coletivo com atuação pública relevante. Embora seja necessário ir além dessa historiografia regionalmente voltada ao Sudeste do Brasil, e por isso mesmo guardando as devidas proporções e especificidades contextuais, o

11 LÓCIO, Airson Bezerra. *Além da Califórnia*. Brasília, s; e, 1999, p. 32.

12 FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão. *Saeculum. Revista de História*. João Pessoa, n. 23, jul.-dez-2010.

13 SANTANA, Marco Aurélio. *Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 (Col. O Brasil Republicano; v. 4).

14 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MDSF, também como agente coletivo, logrou ocupar as ruas e se atribuiu a tarefa de investigar e construir a visibilidade sobre as implicações e sobre o custo que os projetos agrícolas representavam. Para essa tarefa, partiu-se de uma articulação com outras associações, como o Movimento Negro Unificado, o Cineclube Angaris, o Centro de Cultura e Debate, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento de Libertação da Mulher, o nascente Partido dos Trabalhadores e o então importante Partido do Movimento Democrático Brasileiro, escolas e professores. Logo, começaram a ocorrer atividades públicas, como palestras e debates com especialistas, um Seminário Ecológico, em maio de 1985, as exposições do que se denominava “filmes ecológicos”, a promoção de passeatas e o acompanhamento do inquérito policial gerado contra a empresa agrícola, que virou processo no Ministério Público.

Coelhão, artista autodidata que vinha produzindo desde os anos 1970, destacou-se como responsável pelos desenhos e cartazes que serviram às atividades do MDSF. Em entrevista, ele lembra o largo uso do rádio e de formas criativas de veiculação das mensagens, como durante as passeatas, mas ressalta o caráter político que a questão ambiental ganhava:

o movimento tinha um caráter de ser algo ligado à ecologia porque [...] surgiu até por conta de um problema ecológico. Mas ao mesmo tempo também, por dentro dos vários embates que o tempo todo [...] entremearam, permearam sempre a questão brasileira da sociedade como se convive, num empurra daqui, numa disputa por espaço constante. E nesse momento de redemocratização [...], os vários movimentos, a imprensa pequena – eu vou dizer assim –, é... sempre estiveram buscando algum jeito de se colocar. Então, você, nesse momento, existia aquilo como eu já falei, um empurra-empurra de um canto e as várias organizações. Naquele momento foi um momento em que, por exemplo, não existia movimentação ecológica do nível que existiu *a posteriori*, com o passar dos anos, era uma coisa muito incipiente ainda¹⁵.

Não podemos esquecer que essa articulação política de notável intersecção entre diferentes segmentos sociais era marca dos movimentos sociais naquele momento de abertura política e de enfrentamento em favor da redemocratização política brasileira, que, entretanto, ainda estavam à mercê da repressão. Coelhão lembra, a propósito de uma passeata sobre a ponte Presidente Dutra, que separa Petrolina e Juazeiro:

Então, o movimento organizou uma passeata aqui, e sairia uma passeata de Petrolina pra encontrar em cima da ponte. Isso aí envolveu Polícia Federal, Exército, polícia local, no intuito não de favorecer o trânsito e etc, que não era tão intenso assim na época, mas no intuito de impedir. E a

15 ASSIS, op. Cit.

gente não sabe, assim, “ah, porque que tem que se impedir uma manifestação de uma coisa tão justa?”, aí, vocês vão ver que o dia inteiro enquanto a gente organizava a passeata, o tempo todo essas forças que eu tô citando negociavam maneiras de não deixar. Então, houve uma participação intensa de político, Polícia, Exército, Comando da sexta região militar, os governadores dos dois Estados, vários deputados, senadores, etc., se envolveram nessa questão durante o dia. E a gente disse: “a gente vai de qualquer maneira, com força ou sem força, a gente vai chegar lá e pronto”. Mas tinha, desde o começo, o dia todo, assim, a pressão pra que não acontecesse, e na prática quase que não vai. Quando eles viram massa subindo, andando e subindo, então, entendeu, eles recuaram¹⁶.

Essa marcha sobre a ponte assinalava a dimensão pública que o Movimento assumia, ao ocupar um espaço de divisa estadual que era estratégico sobre o rio São Francisco, por servir ao fluxo de pessoas e veículos de diversas cidades, Estados e regiões do Brasil. A própria forma de ocupação do espaço público, marcada pela disputa com diversas instâncias de autoridade, pode ser lida como resistência e chamado à participação. Essa diversificação das formas da política, ao mesmo tempo performativas e coletivas, far-se-á acompanhar da ampliação das questões, como veremos a seguir.

No ano de 1985, o boletim publicado pelo movimento informa que a luta alargara-se para além da questão da contaminação por vinhoto: “Hoje [o MDSF], não só defende as águas límpidas como também todo o meio ambiente desta região das barrancas, preservando-o de qualquer sorte de ação predatória, prevenindo danos, reclamando o controle dos recursos ambientais indispensáveis à vida saudável e ao bem estar de todos”.¹⁷ Assim, o Movimento trouxe para sua pauta: o dano ocasionado pela queima da palha da cana-de-açúcar pela mesma empresa agrícola, cuja fumaça, trazida pelo vento, impregnava o ar nas cidades e na zona rural; a baixa do volume de água do Lago de Sobradinho, o maior lago artificial da América Latina, que havia sido criado pela Barragem de mesmo nome, recém-inaugurada com grande fervor pelos governos ligados à ditadura, no final dos anos 1970, e que havia coberto o território de quatro municípios baianos e comprometido a navegação fluvial; a devastação florestal da caatinga, para dar lugar a novas áreas de agricultura irrigada, para produzir carvão ou para alimentar com madeira os fornos para produção de cal, e que vinha acabando com as espécies da flora nativa, como a baraúna, a umburana, o angico e a aroeira; o uso de agrotóxicos na agricultura, para o combate às pragas e para tornar as frutas e verduras mais atraentes ao mercado.

Outra das ações realizadas dentro desse espectro de pautas foi a ida à Feira Nacional da Agricultura Irrigada (FENAGRI), que ocorria em Juazeiro desde o começo

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ MDSF, op. cit., 1985.

da década e consagrava o título dado à cidade de “capital da irrigação”. O Movimento chamava a Feira de “FENAGRotóxica” e decidiu fazer, na abertura do evento, uma esquete teatral que logo virou um desfile com o nome de “O pio da terra”, a fim de dramatizar a situação do uso dos agrotóxicos, como informa o folheto produzido em 1984:

No dia 19 de outubro [de 1984], quase na hora de abrir a FENAGRotóxica, saíram sambando nas ruas melões, tomates, melancias, cebolas, para divulgar seus produtos de beleza: “10 entre 10 tomates usam o veneno TAMARON para ficar mais bonito [sic]”; “Use o veneno FOLIDOL para sua pele ficar amarelinha”. Um convite aberto chamava os interessados para tirar sua lasquinha (de veneno) e se lascar. O rio engolindo o veneno aplicado na terra, oferecia um novo prato: “Surubim ao molho de ALDRIN”. É claro que o tio Sam estava lá. Super insetos [sic] demonstravam seus podres poderes e contavam a estória do sucesso de suas forças: o inseticida. A chuva de palha queimada seguia o desfile apregada [sic] no linho branco [...].¹⁸

De acordo com a matéria citada, as frutas e verduras que compareceram à feira eram os integrantes do MDSF fantasiados, e desfilando como um carnaval. Coelho indica que, à época, essas práticas eram chamadas de esquetes, mas que, hoje, bem que poderiam ser nomeadas de performances:

É, uma performance coletiva, uma grande performance porque realmente você estruturar um desfile de escola de samba fora da época de carnaval, sair pela rua com esse propósito pra fazer uma crítica a um evento que é paralelo e conseguir fazer isso, foi uma performance muito bem sucedida e com a adesão muito grande. O público foi atrás, o pessoal não se conformou em só ver passar, “vamos junto”, “concordo com isso também, então vou lá também!”. Todo mundo sabia, por que inclusive a gente divulgava, distribuía ao longo do desfile, ia sendo distribuído uns folhetinhos explicando o que significava¹⁹.

Um dos veículos a noticiar a performance foi o jornal católico *Caminhar Juntos*, importante periódico de elaboração das notícias dos movimentos sociais, sobretudo do campo, surgidos com a questão fundiária criada em torno dos deslocamentos populacionais promovidos pela Barragem de Sobradinho. Era organizado pela diocese de Juazeiro, que se colocava como representante das lutas dos ribeirinhos, agricultores e sindicatos rurais, com os quais o bispo Dom José Rodrigues estava politicamente alinhado, desde que a Igreja Católica assumira um posicionamento político incisivo

¹⁸ MDSF. Que desfile foi esse. Juazeiro, s; e. 1984. [Folheto].

¹⁹ Ibidem.

junto aos conflitos, ultrapassando a simples relação de mediação entre Estado e sociedade, para indicar um redirecionamento de determinados setores católicos diante da ameaça dos abusos e violências nos reassentamentos, e aderiam ao que ficou conhecido como Igreja Popular, inclinada à Teologia da Libertação, em termos doutrinários, e contrária às elites locais²⁰. Coelhão lembra que esse diálogo com a diocese levou o MDSF, inclusive, a reelaborar a liturgia da missa católica, com a realização de uma missa ecológica:

Aí, a igreja foi bem participante, a igreja foi muito... eles foram super-receptivos, claro que lá ao modo deles, mas aceitando as nossas modificações na liturgia, nossas modificações. Os acréscimos que fizemos à liturgia, colocar cenários, cânticos extras, oferendas de pescador, barcos chegando não sei o quê, tal, uma série de coisas que pudessem significar. Realmente, foi uma missa memorável, porque ficou o cais lotado ali a beira do rio, então surtiu efeito, no momento as pessoas foram, acho que foi legal, pra esse setor e tal, foi interessante!²¹.

Além da dimensão performativa, sobretudo coletiva, das ações do Movimento, como se vê na produção da esquete e da missa ecológica, que era uma maneira de elaborar o conteúdo da luta para a sociedade e chamar a atenção das instituições para as questões que estavam sob disputa, outra característica relacionada à visualidade está no material produzido pelo Movimento, marcado pela presença dos desenhos de autoria de Coelhão, que, desde os anos 1970, era reconhecido como desenhista e pintor. Cabe fazermos uma discussão mais detida sobre essas formas.

As imagens e a memória

Ricardo Santhiago indica que, de um ponto de vista metodológico, a história oral tende a contribuir fecundamente para a narrativa dos processos criativos artísticos, das trajetórias de artistas e da constituição de seu lugar social.²² Entrecruzando as ilustrações com o relato de seu criador, visualizamos também as funções atribuídas a uma produção não-canônica, apartada dos espaços expositivos consagrados da galeria e do museu, e que se destinava abertamente ao uso político. Mesmo que não aparecessem diretamente na grande mídia, esses desenhos atualizavam a tradição das charges humorísticas e recorriam ao que Ernst Gombrich chama de “arsenal do cartunista”, isto é, a um repertório cultural e iconográfico que frequentemente mexe com as categorias do humor político de dada sociedade e cria outras tantas imagens

20 SILVA, Margarete Pereira da. O bispo de Juazeiro e a ditadura militar. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). Ditadura militar na Bahia. Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: UFBA, 2009. V. 1. p. 241-258.

21 ASSIS, op. Cit.

22 SANTHIAGO, Ricardo. História oral e as artes: percursos, possibilidades e desafios. História Oral. v. 16, n. 1, p. 155-187. jan./jun. 2013.

narrativas na rememoração efetuada no presente.²³

Por exemplo, o folheto citado de 1984 era acompanhado de um desenho ilustrativo do desfile. Na imagem (Figura 1), os personagens desfilam em marcha trazendo o que seriam réplicas em grande tamanho de uma cenoura e de uma fatia de melancia e palavras de ordem dentre as que constam do texto do folheto. O agrupamento de diferentes sujeitos (homens, mulheres, crianças) nos lembra que o MDSF agregava pessoas vindas de outras lutas sociais. Mostrando os indivíduos em conjunto, o desenho conota as ideias de coletividade, de ação, de marcha e, especialmente, de tomada do espaço público, ideias caras aos movimentos sociais do período, como apontamos a partir da historiografia. As ilustrações seguem convenções representacionais da charge e dos desenhos de cunho político que compareceram aos veículos de imprensa brasileira na segunda metade do século XX, especialmente na contestação à ditadura e na redemocratização. Assim, o próprio espaço é subsumido, nas bordas da imagem, pela quantidade de pessoas, meramente indicadas pelos traços curvos que as representam.

Figura 1 - Desenho ilustrativo do folheto *Que desfile foi esse?*



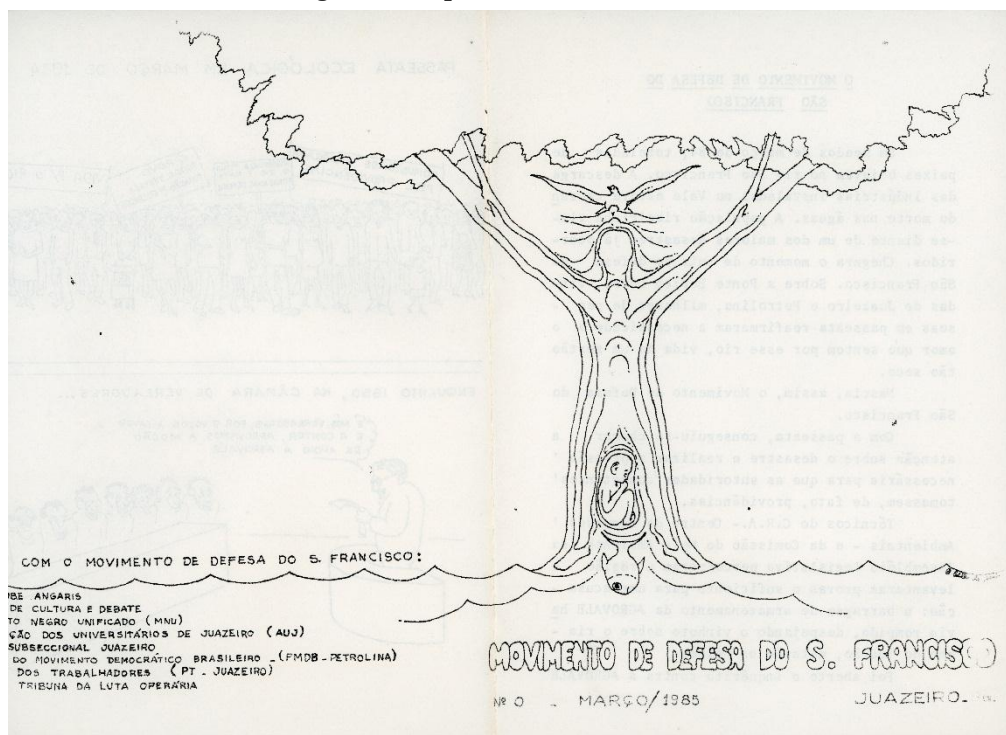
Fonte: Antonio Carlos Coelho de Assis. 1984.

Um dos desenhos mais importantes do MDSF, que ilustrava a capa do Boletim do Movimento, em março de 1985, e se tornou estampa de camiseta, chama a atenção pela articulação entre homem e natureza, sociedade e meio ambiente, numa convenção representativa inovadora. É a respeito dele o trecho da fala de Coelho com que iniciamos nosso texto. De acordo com o artista:

23 GOMBRICH, Ernst. O arsenal do cartunista. In: _____. Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a Teoria da Arte. São Paulo: EDUSP, 1999.

você começa a ver que os problemas são muito interligados, por exemplo, a questão do rio o rio não era só o vinhoto, era o esgoto, era a diminuição do peixe com a questão das barragens. Aí, surgiram outras questões, a barragem não previram [sic] as escadarias para o peixe que subia, o dourado, e outras espécies. A gente foi entrando em várias questões, então, na hora que foi pra fazer "como é que a gente simboliza tudo isso?", eu parti pra uma coisa meio que surreal, uma árvore que cresce, aí tem o homem – que no caso eu falo o homem como pessoa humana, implícita a criatura humana –, que nasce e cresce, é uma árvore mas ao mesmo tempo tá imbricado com uma série de outras questões que envolvem esse crescimento e ao mesmo tempo a sua depauperação que tá no próprio modo de produzir, na cultura que você desenvolve, se você não tem um cuidado específico, entendeu? Aí os desenhos são mais ou menos nesse sentido, você juntando os problemas²⁴.

Figura 2 - Capa do Boletim do MDSF



Fonte: Boletim do MDSF, março de 1985.

A interpretação de Coelhão, bem como os signos visuais do desenho, sugerem uma ideia recorrente na reflexão e na atuação atuais em torno da cosmopolítica, isto é, da elaboração mutuamente implicada de natureza e cultura, frequentemente separadas nas práticas sociais de produção de espaços e também de conhecimento: produzir

24 ASSIS, op. Cit.

mundos é um agenciamento político, na medida em que a própria natureza, para muitos grupos sociais, não é matéria inerte mas participante dos mundos construídos²⁵ e afetada pelos processos do capitalismo.

A respeito dessa constelação histórica singular, em que as noções de política, de participação cidadã e de democracia estavam sendo reconstruídas, na sociedade brasileira, Coelho elabora as importantes imagens narrativas que tem a ver com as ideias de movimento, da participação cidadã e de uma preocupação com os destinos do rio São Francisco que ainda ressoam no presente.

Palavras finais: o Brasil das catástrofes contemporâneas

A historiografia brasileira apenas começou a revisar esse momento, ultrapassando a noção preconcebida, do ponto de vista econômico, de que os anos 1980 teriam sido a década perdida²⁶, quando, entretanto, foram reavaliados vários saberes e práticas políticas, como aqueles referidos às questões ambientais, e que, antes, desapareciam sob a urgência das políticas de desenvolvimento²⁷.

Marcados por práticas coletivas e pela abrangência das pautas, outros movimentos sociais também surgidos no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foram importantes para o questionamento da reprodução da estrutura social e fundiária do país e pelo chamado à participação. Inserido nessa configuração social complexa de luta e de enfrentamento, o MDSF está entre os movimentos sociais que, no contexto local, contribuíram para a abertura ao debate sobre o impacto do desenvolvimento e para a construção da cidadania, no período da redemocratização.

De acordo com um boletim publicado pelo MDSF, o inquérito contra a empresa agrícola foi logo arquivado, sem maior apuração, e, não obstante, toda a sociedade soubesse quem estava por trás da matança dos peixes, a Câmara de Vereadores de Juazeiro terminou por aprovar uma moção de apoio à empresa. O máximo que o MDSF conseguiu foi a suspensão, por alguns anos, da difusão da fumaça da queima da palha da cana-de-açúcar naquelas áreas.

Apesar das pressões pela reabertura do inquérito, a atuação do Movimento não teve um resultado imediato – a própria empresa agrícola mantém a difusão da fumaça ainda no presente. Entretanto, a problematização levantada pelo Movimento e a mobilização promovida por suas ações, além de dar visibilidade aos desastres daquele contexto

25 STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 69, p. 442-464, abr. 2018.
_____. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

26 QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi tempo perdido. Os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

27 FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil. In: _____. et alii. *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

imediatos, é fundamental para se elaborar uma narrativa que possa contribuir para repensar historicamente e criticamente a relação entre sociedade e natureza no Brasil.

Para a geração dos anos 1980, a crítica social tomava os ares de uma grande preocupação com os resultados degradantes do desenvolvimento para o meio ambiente e para os diferentes grupos sociais. É o momento em que se começa a discutir como as barragens hidrelétricas atingiram negativamente as populações camponesas, como as formas vigentes de geração de energia (nuclear ou dos combustíveis fósseis) poluem irremediavelmente o ar, o solo, as águas e os corpos, humanos e animais, colocando, para a produção artístico-cultural problemas no que se referia à sua criação e à agência política²⁸. E não é de outra coisa que fala a memória do artista do MDSF e o Manifesto publicado à época, quando denunciava, em outra forte imagem narrativa, que a fumaça invadia “as casas, as ruas, os jardins, as praças, os olhos, os narizes, as gargantas”.

Faz pouquíssimo tempo que a sociedade brasileira viu, assustada, os efeitos catastróficos do rompimento de barragens de resíduos altamente tóxicos da mineração, os quais se arrastaram estrondosamente por grande parte do território do Estado de Minas Gerais, em torno das cidades de Mariana e Brumadinho, chegando, em lados opostos, até o oceano e ao rio São Francisco. Os maiores desastres ecológicos da história do Brasil, ao devastar povoados, solos, matas, casas, histórias e vidas com imensas porções de lama contaminada, advindas do resultado da ingerência de empresas privadas sobre as questões ambientais, puseram novamente em xeque os horizontes de expectativa da sociedade brasileira em relação ao desenvolvimento, em especial no momento em que a iniciativa privada acena para retomar o protagonismo sobre a exploração da natureza, à revelia do Estado e dos cidadãos.

Por outro lado, segundo Roberto Malvezzi, é impossível pensar o semiárido brasileiro sem destacar a importância do rio São Francisco, especialmente nas zonas banhadas por esse rio.²⁹ Isso por diversas razões: seja pelo tamanho de seu curso, que abrange desde o Norte de Minas Gerais, recentemente repensado enquanto área semiárida, até largas porções do interior do Nordeste que dependem daquele curso fluvial; seja pela importância histórica, econômica e cultural que o São Francisco tem para os agentes sociais que nele procuram alimento, água, transporte; seja pelo debate recente sobre a transposição de suas águas para outras zonas semiáridas do Nordeste.

A mitologia da integração nacional criada em torno da vastidão do território e da suposta disponibilidade dos recursos naturais, como o rio São Francisco, tem sido francamente abalada por esses eventos e práticas. Para além das ideias de que nas terras brasileiras, “em se plantando, tudo dá”, ou de que a nação é privilegiada por repousar eternamente no “berço esplêndido” da natureza, a exploração e o uso dos nossos solos, águas, fauna e flora têm se dado também à custa de conflitos, escassez desigual,

28 FOSTER, Hal. *O retorno do real*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

29 MALVEZZI, Roberto. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: CONFEA, 2007.

perseguições étnicas e sociais, poluição, devastação. Essas variáveis são dificilmente governáveis pelo Estado, sobretudo se considerarmos a fragilidade de nossas instituições e da própria democracia representativa. Daí, a importância de retomar, nas imagens narrativas da História, as memórias dos movimentos sociais e de suas relações com os espaços.

Nesse sentido, as palavras finais desse texto se apropriam das possibilidades colocadas pela história oral, no sentido de pensar sobre a que relatos atentamos, na narrativa sobre a história do tempo presente no Brasil. Indagamos, ainda, a validade contemporânea dos nacionalismos e de seus projetos de nação conduzidos de forma frequentemente excludente, bem como o aspecto predatório e desigual de nossa história, a qual, longe dos romantismos sobre a natureza, mostra-se profundamente violenta e sugestiva de que há ainda muito por aprofundar, nas práticas cotidianas voltadas para a relação entre o saber histórico e o meio ambiente³⁰.

Recebido em 15 de abril de 2019.

Aprovado em 29 de junho de 2019.

30 DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.